

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
BACHARELADO EM HISTÓRIA

GHIOVANA DA ROSA MACHADO CRUZ

**MOMENTOS FORMADORES E TRANSFORMADORES NA NARRATIVA DA
DONA MARIA DA ILHA**

ARAGUAÍNA - TO
2016

GHIOVANA DA ROSA MACHADO CRUZ

MOMENTOS FORMADORES E TRANSFORMADORES NA NARRATIVA DA
DONA MARIA DA ILHA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
curso de Bacharelado em História da Universidade
Federal do Tocantins, para a obtenção de grau de
bacharel em História
Orientador: Doutor Dornival Venâncio Ramos
Júnior

ARAGUAÍNA - TO
2016

GHIOVANA DA ROSA MACHADO CRUZ

MOMENTOS FORMADORES E TRANSFORMADORES NA NARRATIVA DA
DONA MARIA DA ILHA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado
em História da Universidade Federal do Tocantins, para a obtenção de grau de
bacharel em História

Aprovado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof: Dr. Dernival Venâncio Ramos Júnior
Orientador

Prof: Msc. Sariza Oliveira Caetano Venâncio
Avaliadora

Prof: Dra. Kênia Gonçalves Costa
Avaliadora

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Vanderlei e Cássia, por sempre me disserem que posso ir mais, que não se tem tempo perdido se dedicamos amor ao que fazemos, por me apresentarem aos livros e aos muitos mundos que a leitura pode levar. Pelos abraços e pelo amor dedicado a mim.

Às minhas irmãs, Rhaíssa e Mharessa: obrigada! Por serem peças fundamentais na minha vida, lembranças vivas da minha infância, minhas companheiras para todo sempre.

Ao meu tio e amigo Márcio Cristóvão meu agradecimento por ter me apresentado inicialmente às várias formas de interpretar o mundo, por ser exemplo de coragem e determinação, pela paciência, companheirismo e amor que me cerca.

Para o meu orientador, professor Dernival Venâncio Ramos Junior, o meu mais sincero agradecimento por me fazer perceber as diversidades de conhecimento e saberes que nos cerca e que a jornada acadêmica como também a jornada da vida é uma eterna aprendizagem. Obrigada pelas indicações de leitura, pelas correções e sugestões sempre de maneira paciente e generosa.

Para Lanna e Adeane minha amigas que mesmo geograficamente longe estão sempre presentes na minha vida, muito obrigada por toda paciência, conselhos, dicas, incentivos recheados com uma torcida sincera e muito amor.

Bárbara e Bruna, meus presente que ganhei da UFT para toda vida, obrigada pela amizade, pelo apoio, incentivo e colaboração! Vocês são muito importantes para mim.

Rafael, obrigada por todo o tempo que você gastou me ouvindo falar das peripécias da minha monografia. Muito obrigada por estar ao meu alcance toda vez que precisei, pelo companheirismo e por ser para mim um exemplo de dedicação e persistência.

Quero agradecer a todos os meus professores e colegas do curso de História que foram de grande importância para o meu crescimento intelectual.

Dedico este trabalho aos meus avós, Ernestina Eleni e Valdomiro, que são para mim sinônimos de cuidado e amor. Agradeço a eles por primeiro terem me apresentado à beleza e fantasia da história.

“Eu sou aquela mulher a quem o tempo muito ensinou. Ensinou a amar a vida e não desistir da luta, recomeçar na derrota, renunciar a palavras e pensamentos negativos. A acreditar nos valores humanos e ser otimista.”

Cora Coralina

RESUMO

O seguinte trabalho monográfico tem como objetivo compreender a relação entre a narrativa discursiva de um sujeito histórico e a sua criação e percepção de momentos formadores e transformadores em sua trajetória de vida. Analisaremos o discurso da líder comunitária Maria dos Anjos Nunes da Silva, conhecida como dona Maria da ilha, com esta intenção e a influência exercida pelo deslocamento compulsório devido à construção da Usina Hidrelétrica de Estreito (MA/ TO). A base metodológica adotada na feitura e organização do presente trabalho foi a história oral, mais especificamente a técnica denominada como história de vida.

Palavras-chave: Momentos Formadores e Transformadores. Narrativa. Trajetória de Vida. Usina Hidrelétrica de Estreito.

ABSTRACT

The following monographic work aims to understand the relationship between the discursive narrative of a historical subject and his creation and perception of formative and transforming moments in his life trajectory. We will analyze the discourse of community leader Maria dos Anjos Nunes da Silva, known as Mrs. Maria da Ilha, with this intention and the influence exerted by the compulsory displacement due to the construction of the Estreito Hydroelectric Plant (MA / TO). The methodological basis adopted in the making and organization of the present work was oral history, more specifically the technique called life history.

Keywords: Trainers and Transformers Moments. Narrative. Life Path. Estreito Hydroelectric Plant.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
CAPÍTULO 1: Falar de Si Pra Si: Narrativas de Maria Da Ilha	12
1.1 METODOLOGIA: História Oral e Documental	15
1.2 Momentos Formadores e a Narrativa	17
CAPÍTULO 2: Os Grandes Empreendimentos e a Resistência	19
2.1 Afinal Quem São os Atingidos?	27
CAPÍTULO 3: Volta Para Comunidade Para Falar do que Aprendi	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	41

APRESENTAÇÃO

Maria dos Anjos Nunes da Silva, nascida em Babaçulândia - TO é descendente de índio, mas criada com os brancos, segundo o que ela própria afirma em sua autobiografia, publicada em 2013. Morou ao lado da ilha de São José até os dezoito anos. Desde muito nova teve que ajudar na renda da casa, sua avó que criava ela e o irmão ficou muito doente quando Maria tinha apenas cinco anos. Aos dez anos Maria já era responsável pelo sustento doméstico, trabalhava quebrando coco babaçu e na roça.

Diferente de uma “pessoa normal”, segundo Maria, que é criada com os pais, ela não teve infância ou adolescência devido às responsabilidades que assumiu. Aos treze anos conheceu seu marido, João Carlos Alves da Silva, aos dezessete se casou, não demorou a se mudar para ilha, teve quatro filhos - uma moça e três rapazes. Por bastante tempo ainda manteve sua rotina de quebradeira de coco e trabalho na roça. A ilha tinha grandes dificuldades de acesso a saúde e a educação foi por essa carência que Maria começou a auxiliar as mulheres gestantes na hora do parto, logo passou a ser agente de saúde, deixando de quebrar coco babaçu para vender.

Muitas foram às melhorias pelas quais dona Maria lutou, como a conscientização dos moradores da ilha sobre a importância da construção de banheiros; a prevenção de câncer de colo de útero; a importância das vacinas. Quando foi o caso um melhor lugar para o assentamento das dezenove famílias que decidiram ficar junto a ela no processo de negociação com a empresa responsável pela construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Estreito (MA/ TO). Coragem e determinação são as palavras que define a personagem central da nossa monografia.

O objetivo deste trabalho monográfico é compreender a relação entre a narrativa discursiva de Maria dos Anjos Nunes da Silva, conhecida com dona Maria da ilha. A criação e percepção dos seus momentos formadores e transformadores na narrativa de trajetória de vida da personagem e a influência exercida pelo deslocamento compulsório devido construção da UHE de Estreito (MA/ TO).

Usaremos como base metodológica a história oral, mais especificamente a técnica denominada como história de vida. Foi realizada a análise de uma

entrevista feita à Dona Maria da Ilha pelo professor Dornival Ramos Venâncio Junior que aconteceu na casa da dona Maria localizada no assentamento Mirindiba no município de Araguaína – TO, no dia 29 de outubro de 2014, tendo duração de duas horas, também será utilizado documentos escritos, como documentos fornecidos pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e a autobiografia produzida por dona Maria da ilha publicada em 2013 pelo MAB e outros documentos classificados como oficiais ou não.

Este trabalho monográfico se divide em três capítulos, o primeiro que visa tratar sobre a criação discursiva de um personagem e como a trajetória de vida é relatada e significada pelo narrador quando este se propõe a criar pontes narrativas para dar inteligibilidade ao seu discurso atribuindo- o coesão e coerência a narração da sua própria vida, entender o que é compreendido por momentos formadores e transformadores, a diferença entre biografia e autobiografia. Neste mesmo capítulo será exposta a metodologia aplicada na escrita deste texto, que é, como dito anteriormente, a história oral, mais especificamente a técnica de história de vida.

No segundo capítulo nossa intenção é discorrer sobre os grandes projetos de infraestrutura e os contextos de instalação dos mesmos, como a Iniciativa para a Integração Regional Sul Americana (IIRSA) firmando entre doze países da América latina; o PAC - Programa de Aceleração de Crescimento, criado no governo Lula em 2007, parte brasileira da IIRSA. A comercialização da natureza, e as diversas alterações ambientais e sociais que grandes projetos de infraestrutura como usinas hidrelétricas causam. A criação, função e importância do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) na luta em favor da proteção dos direitos das famílias que são diretamente atingidas por essas grandes construções, discutiremos ainda sobre a definição do conceito de atingidos e a disputa que há sobre a legitimidade de poder defini-lo.

O terceiro capítulo tem por finalidade fazer uma análise do discurso de dona Maria da ilha através de entrevista concedida em 2014 e da autobiografia dela publicada pelo MAB no ano de 2013. Através destes relatos buscamos perceber como a interlocutora apresenta sua estrutura discursiva de luta e conquista em favor dos direitos sociais, políticos e econômicos daqueles que foram atingidos pela construção da barragem da UHE de Estreito (MA/ TO).

Como a mesma vai construindo discursivamente sua imagem de luta e força e quais foram os momentos formadores de seu discurso.

CAPÍTULO UM - FALAR DE SI PRA SI: NARRATIVAS DE VIDA DE MARIA DA ILHA

A compreensão de uma entrevista de história de vida - técnica da história oral - como são os casos das analisadas no presente trabalho leva-nos a ter clareza do que se denomina autobiografia e qual a sua distinção entre o que se intitula biografia. A autobiografia é uma série de ligações e conjunturas que formam uma teia de significados coerente e coesa para que possa dar legitimidade à determinados posicionamentos, não meramente uma narração de acontecimentos e situações ocorridas com o indivíduo que narra,. A narrativa é um discurso criado a partir do presente que recorre a elementos vividos sob a perspectiva de uma realidade atual. A narrativa, assim, não é estática, limitada a fatos. Ela é fluída, flexível e parte do ponto em que o narrador se encontra, no ciclo vital e no contexto histórico em que está envolvido no momento em que narra.

Na biografia, por outro lado, um terceiro descreve os acontecimentos fundadores e determinantes para a criação e formação de um indivíduo, com datas, depoimentos e registros, baseando da maneira mais clara possível nos relatos externos que se tem sobre o mesmo.

A autobiografia é uma construção do indivíduo narrador sobre sua própria vida, elencando datas, acontecimentos, fatos e pessoas que foram importantes para a formação da personalidade do mesmo ou que justificaram certas ações. Para essas narrações são criadas “pontes” discursivas que auxiliam a elaboração dessa narrativa, dando sentido, possibilitando ao mesmo o sentimento de pertença a uma determinada situação ou a um determinado grupo. Selecionando, por vezes omitindo ou evidenciando fatos o que torna o discurso subjetivo e significativo dado que a história de modo geral não é apenas sobre os eventos, estruturas, ou padrões de comportamento, mas também sobre como são eles vivenciados e lembrados na imaginação; assim sendo o que se procura esconder ou deixar em destaque têm importância devido aos interesses/ circunstâncias que levam o indivíduo a este comportamento.

O objetivo de uma entrevista, usando a história de vida é fazer um registro “subjetivo” de como o entrevistado olha para trás, para a sua história, e enxerga a própria vida, em sua totalidade ou em uma de suas partes, como ele cria ligações e estrutura uma narrativa coerente, o que tem maior possibilidade de acontecer através da história oral por ela oferecer uma tendência que é básica a todos em direção a uma história mais pessoal, mais social, mais democrática

dando visibilidade aos grupos antes marginalizados, silenciados, a pessoas que não estão incluídas em estatísticas. São depoimentos de mulheres, crianças, rebeldes, analfabetos, enfim de excluídos da “história oficial”. Sobre esse caráter pessoal da história de vida, Temis Gomes Parente, doutora em história pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em seu artigo *Gênero e memória de mulheres desterritorializadas*, pontua:

A história de vida é um instrumento privilegiado para avaliar os momentos de mudanças, os momentos de transformação. Nela, o entrevistado é levado a contar livremente sua vida, imprimindo a narrativa suas próprias categorias, o ordenamento e a seleção do que quer relatar, ou seja suas memórias. (PARENTE, 2007, p. 107)

Evidenciando a relação entre narração autobiográfica e memória, afinal as narrativas são compostas de memórias. Segundo Parente as memórias não podem ser entendidas como um fluxo externo ao pensamento, mas sim uma construção intelectual formada por um complexo conjunto de representações, uma seleção do passado, não uma reprodução exata dos acontecimentos do passado.

A psicóloga Marie-Christine Josso (2007) aponta sobre as constantes mutações que as identidades passam nos grupos sociais e de maneira específica na individualidade do sujeito, o que se apresenta claramente nos discursos quando comparados com as subjetividades presentes nos mesmos. Referente à narrativa de história de vida observa-se a ligação que a psicóloga faz entre a mesma e a noção de existencialidade e a formação da identidade, como tais não são de maneira alguma estáticas, muito pelo contrário estão em constante processo de mutação.

No trecho do artigo *A transformação de si a partir da narração de história de vida*.

A história de vida é, assim, uma mediação do conhecimento de si em sua existencialidade, que oferece à reflexão de seu autor oportunidades de tomada de consciência sobre diferentes registros de expressão e de representações de si, assim como sobre as dinâmicas que orientam sua formação. (JOSSO, 2007, p. 419)

Dessa maneira pode-se compreender a organização verbal da trajetória de vida como uma construção intelectual e discursiva que produz uma lógica onde há ligações entre os fatos presenciados e protagonizados pelo indivíduo com narrativas de momentos que historicamente não aconteceram.

Há uma ligação com uma ideia desenvolvida pela psicanalista Maria Rita Kehl (2002) de que o narrador, personagem central da própria narrativa de história de vida cria laços para que possa ter sentido entre os diversos acontecimentos da trajetória de vida do mesmo que não se apresenta de maneira tão linear e coesa como gostaria aquele que narra, sendo assim torna-se de suma importância criar “pontes” discursivas baseadas em acontecimentos verídicos para dar legitimidade às narrativas.

No seguinte trecho do artigo *Minha vida daria um romance* dá uma ideia de como Kehl interpreta esta perspectiva:

O que significa dizer que nós, neuróticos comuns, organizamos mentalmente nossas histórias de vida como se fossem romances? Antes de mais nada, que não suportamos o caos, a errância, a passagem do tempo nos conduzindo onde não podemos prever e nos modificando de maneiras que não conseguimos controlar. Mas significa também que pertencemos a um tipo de sociedade em que o tempo de fato modifica as pessoas, uma sociedade que permite e até promove que o rumo tomado por uma vida se distancie tanto de sua origem que, se não produzirmos algum fio narrativo ligando começo, meio e fim, algumas representações que nos sustentam subjetivamente perderão completamente o sentido. A ideia de que somos “indivíduos”, por exemplo, coesos e reconhecíveis ao longo do tempo; a ideia de que a vida que vivemos constitui uma unidade coerente e dotada de sentido e não uma sucessão de dias transcorridos a esmo. (KEHL, 2002, p.5)

A autora coloca como pode ser percebido no fragmento de texto acima, que o indivíduo lida com a trajetória da própria vida como se fosse romance, subdividindo o mesmo em começo, meio e fim articulados por alguma lógica e algum sentido no “capítulo final” da narrativa. São essas as perspectivas que usamos na escrita do trabalho, a ideia de que a narrativa de história de vida é uma ficção, baseada em fatos reais e que através dessa narração ficcional será possível a criação de uma identidade autêntica. Também a premissa que as narrativas são elaboradas através de uma lógica discursiva que tem por intenção estabelecer certa lógica e coesão na trajetória de vida permitindo assim que a mesma tenha legitimidade.

1.1 METODOLOGIA: HISTÓRIA ORAL E DOCUMENTAL

Sendo a intenção deste trabalho a produção e análise, das narrativas discursais, dos momentos formadores e transformadores que possibilitaram a atual situação da personagem em estudo, faremos uso de materiais autobiográficos, como entrevista e o livro autobiográfico de dona Maria da ilha, usando a instrumentalidade da história de vida para realizar análise de entrevistas com a militante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) no estado do Tocantins conhecida como dona Maria da Ilha.

Maria é reconhecida como liderança na resistência à construção da Usina Hidrelétrica de Estreito e posteriormente, quando a construção da mesma já não seria mais possível de ser impedida, sua representatividade se converteu para a busca em melhorias de reassentamento das famílias deslocadas devido à construção da UHE de Estreito.

A metodologia para a estruturação da escrita do trabalho se baseará nos métodos da história oral como instrumento de organização e desenvolvimento do mesmo. Entendendo história oral como uma metodologia de pesquisa que consiste em realizar entrevistas gravadas que posteriormente são passadas para a forma escrita, com pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida ou outros aspectos da história contemporânea.

A importância da história oral é evidenciada neste trecho da obra de Paul Thompson:

[...] a história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos (THOMPSON, 1992, p.25)

São tidas como fontes as entrevistas de história oral que tem a finalidade de melhorar a compreensão do passado, juntamente com imagens, documentos

escritos e outros tipos de registros. Uma das principais características é por serem produzidas a partir de um estímulo, pois o historiador procura o entrevistado e lhe faz perguntas. Através dessas entrevistas é possível problematizar como interpretam acontecimentos, situações e modos de vida de um grupo ou da sociedade em geral, e como estes indivíduos percebem sua individualidade e a construção de sua identidade como participantes de um grupo e quais os meios de diferenciação e semelhança que criam com os demais membros do grupo que participam. Isso torna o estudo da história mais concreto e próximo, facilitando a apreensão do passado pelas gerações futuras e a compreensão das experiências vividas por outros.

A sistematização da história oral pede alguns métodos de coleta e organização dos resultados, um conjunto de atividades anteriores e posteriores a gravação da entrevista, até mesmo a entrevista em si é necessário seguir alguns critérios de estruturação para que haja certa padronização da apresentação dos resultados. Antes das entrevistas é necessário uma pesquisa e levantamento de dados para a preparação dos roteiros das mesmas. Ter em mente quais serão as temáticas abordadas; quais serão os assuntos que se pode conhecer através da fala dos entrevistados, para que assim sejam elaboradas perguntas que direcionam essas respostas; qual será o público alvo; respeitar o tempo de resposta dos entrevistados.

Atentar para os devidos cuidados técnicos com o gravador ou o equipamento que será usado no lugar do mesmo, verificado primordialmente se há bateria e dispositivo de armazenamento extra; obter a permissão de quem será entrevistado para a gravação da entrevista. Tendo em mente que o que interessa em história oral não é comprovar se o relato do entrevistado é completamente factual, e sim problematizar o motivo pelo qual o entrevistado foi seletivo, pois essa seletividade tem um significado histórico.

De maneira mais específica este trabalho irá trabalhar com uma das técnicas da história oral intitulado como história de vida, que pode ser entendido como método onde o entrevistador organiza a entrevista com algumas diretrizes básicas e permite que o entrevistado tenha maior liberdade de fala, produzindo assim uma narrativa autobiográfica, geralmente em um recorte temporal ou temático predefinido pela parte que conduz a entrevista.

O indivíduo que responde a entrevista se coloca como personagem de uma história de sua própria vida, fazendo ligações para que seja possível a conexão coesa de sua narrativa historiográfica/ biográfica.

Conforme Josso (2007) há uma ligação entre um trabalho transformador de si próprio presente nas narrações ao longo da vida do indivíduo que se baseiam na formação e mostram formas e vários sentidos de existencialidade que se apresentam de maneira singular e plural, inovando a maneira de pensar e de se comportar, de modo geral de todo o viver do indivíduo quanto único e como coletivo também. Todo este projeto de formação entra em contato com a temática da existencialidade associada à questão da identidade de quem tem o discurso.

1.2 MOMENTOS FORMADORES E A NARRATIVA

Muito importante na análise das entrevistas e demais documentos que foram estudados para elaboração da escrita deste trabalho foi compreender o que seriam os momentos formadores de um indivíduo e como os mesmos são capturados, o que impulsionou a dona Maria da Ilha ter como identidade representativa a ideia de luta e defesa pelos direitos daqueles que foram tirados de suas casas em prol de um dito avanço socioeconômico.

Quais foram às experiências pessoais e coletivas que tiveram fundamental importância na construção da personagem que a mesma representa, como liderança de um grupo constantemente silenciado em nome do “progresso” e “desenvolvimento”, usando as palavras do professor da Universidade Federal de Rondônia (Unir) Luís Fernando Nova Garzon (2004) que classifica grandes projetos como a hidrelétrica de Estreito como sendo: “grandes vetores de ‘modernização’, que na prática significam monopolização, privatização, privação de direitos e violência frontal contra os que se colocarem no caminho do ‘progresso’”.

No caso em questão a comunidade que pertencia à ilha de São José e foram deslocados devido à construção da Usina Hidrelétrica de Estreito TO/ MA. Para entender os processos de transformação é preciso estar atento às

narrativas de formação, como exemplifica Josso em seu livro *Experiências de vida e formação*:

As narrativas de formação permitem distinguir experiências coletivamente partilhadas em nossas convivências socioculturais e experiências individuais, experiências únicas e experiências em série. A experiência implica a pessoa na sua globalidade de ser psicossomático e sociocultural: isto é, ela comporta sempre as dimensões sensíveis, afetivas e consciências. A experiência constitui um referencial que nos ajuda a avaliar uma situação, uma atividade, um acontecimento novo. (JOSSO, 2002, p. 49)

São as experiências coletivas e individuais que irão proporcionar os momentos de formação, de transformação e significação para a criação de um traço marcante nas experiências de vida de um indivíduo, na criação de sua identidade e do papel que o mesmo pretende desempenhar no âmbito social. De modo geral ambas as experiências contribuem para a elaboração do personagem no qual pretende compor aquele que estrutura e narra sua história de vida. A consciência e narrativa de tais acontecimentos/ experiências proporcionam uma organização de maneira mais clara e coesa de seus “momentos marcantes” proporcionando inteligibilidade discursiva para o dono do discurso e para aquele que o ouve.

A narrativa de momento formador é aquela que entre outras coisas responde as perguntas de como as experiências da minha vida contribuem para os sentidos que dou aquilo que vivi? Como cheguei até aqui? Como compreendo e apreendo o que me cerca? O que foi formador para mim no meu processo de vida? Este trabalho biográfico, o de problematizar tais questões, é peça de grande valia na engrenagem do processo de formação do indivíduo, coloca sentido e auxilia na descoberta da essência do que se é no período em que se narra.

É um momento formador aquele que questiona e também qualquer experiência que deixa marcas, criando novas possibilidades e renovando questionamentos sobre o próprio ser que narra e sua relação com o meio.

O papel desempenhado por aquele que descreve sua história, o que se propõe a formar uma narrativa sobre sua própria história de vida, se assemelha com o escritor literário, no entanto no caso em questão é apoiado e entrelaçado

por fatos e acontecimentos verídicos o que não deixa de ser uma narrativa ficcional. Sobre as narrativas biográficas Marie- Christine Josso discursa como as mesmas são elaboradas.

A narração é orientada pela reconstituição do que as pessoas pensam ser experiências significativas (situações, encontros, atividades, acontecimentos) para explicar e compreender o que, hoje, elas se tornaram no que diz respeito às suas competências, aos seus recursos, às suas intenções, aos seus valores, às suas escolhas de vida, aos seus projetos, às suas ideias sobre elas próprias e sobre o meio humano e natural. (JOSSO, 2004,p 148)

Nas palavras do romancista alemão Friedrich Novalis: “A vida não deve ser somente um romance, mas um romance que nós mesmos escrevemos.”. Seguindo a linha de pensamento de Josso (2004) e usando como ilustração a frase transcrita acima se pode caminhar para o entendimento de que a narrativa autobiográfica é composta de eventos, situações e pensamentos que no tempo em que é elaborada são considerados de grande significância para aquele que narra.

Como aponta Maria Rita Kelh (2002) essa narrativa coesa é de fundamental importância para a construção de uma identidade individual e coletiva, pois o ser humano como um ser social não suportaria a ideia de que a vida que vivemos não constitui uma unidade coerente e dotada de sentido e sim uma sucessão de dias transcorridos a esmo. A criação de um “fio” narrativo com início, meio e fim ligando ao lugar de origem com representações que sustentam subjetivamente o indivíduo é de suma importância para a criação de sentido na narrativa individual e coletiva.

CAPÍTULO DOIS - OS GRANDES EMPREENDIMENTOS E A RESISTÊNCIA

Com o intuito de entender melhor a construção discursiva da personagem chave desse trabalho - dona Maria da Ilha - faz-se de grande importância conhecer a história do movimento no qual a mesma faz parte e se identifica o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB. Apesar das Usinas Hidrelétricas começarem a ser construídas no Brasil desde o final do século XIX o MAB vai surgir apenas na segunda metade da década de 1970, do século XX, ao mesmo tempo que os outros movimentos de resistência social e força trabalhista surgem, como o Movimento Sem Terra – MST; a Central Única dos Trabalhadores – CUT e também o Partido dos Trabalhadores.

A busca por fontes “renováveis” de energia se deu em um período de grande crise energética a nível mundial, com a primeira grande crise do petróleo, onde se fez necessária uma busca por alternativas ao mesmo. Países com potenciais energéticos naturais foram alvos dos olhares esperançosos (e gananciosos) de grandes empresas do ramo de energia e também das empresas que necessitavam de uma quantidade substancial de energia para seu funcionamento.

O Estado, de forma geral legisla para o povo. Contudo, o Estado a serviço do capital, representado pela classe burguesa, pelas oligarquias latifundiárias e empreendedores estrangeiros são os detentores do poder. O poder estatal torna-se agente incentivador da produção e da produtividade e com suas políticas modernas e progressistas alcança isto. (SIEBEN, 2012. p. 61)

O poder estatal está como meio de se conseguir o que se almeja na linha de pensamento desenvolvimentista, trabalhando em prol do capital do que de fato pelo povo de sua nação, o descaso do poder público com a população em geral devido aos grandes projetos é a mesma em todo o país.

Com intuito de suprir a demanda de criação de fontes de energias “renováveis” no Brasil foi criada em 1962 a sociedade de economia mista, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás, tendo capital aberto sob controle acionário do Governo Federal brasileiro e atuando como uma holding, dividida em geração, transmissão e distribuição, com a finalidade de coordenar todas as empresas do setor elétrico. A mesma foi responsável por desenvolver um estudo aprofundado sobre o potencial hidrelétrico, análise dos rios e bacias

hidrográficas, resultando disso um mapeamento minucioso dos locais mais apropriados para a construção de usinas hidrelétricas.

O Estado brasileiro, a partir das décadas de 1960/ 70, foi o grande financiador da construção das hidrelétricas em seu território. Adotou essa postura para incentivar a instalação e permanência de grandes empresas eletrointensivas que exigiam boas condições de infraestrutura, nesse caso em especial, energia elétrica.

O que se percebe é que desde “início” desse processo de construção de usinas foi em nome de um pseudo “progresso” e “desenvolvimento” por entender que grandes empresas estrangeiras trariam ao Brasil maior circulação de capital. Após o mapeamento realizado pela Eletrobrás iniciou-se a construção de grandes usinas em várias regiões do país. No entanto ao mesmo tempo em que houve a preocupação em estudar sobre o potencial e aproveitamento energético, não aconteceu preocupação semelhante com uma proposta de indenização adequada das famílias que viviam na beira dos rios, os atingidos.

Dessa falta de atenção e descaso com essas famílias resultou a expulsão de milhares de pessoas de suas terras e casas, muitas delas sem ter para onde ir. Várias foram procurar abrigo nas favelas das cidades e engrossaram as fileiras de sem-terra.

Apesar de várias críticas à construção de grandes projetos que causam irreversíveis impactos à natureza, como as usinas hidrelétricas, continua acontecendo em um ritmo cada vez maior. “Nosso povo já sofreu muito com a construção de barragens. Precisamos buscar outras fontes de energia, menos prejudiciais ao ser humano e a todas as formas de vida. Dizer que não temos outras saídas é renunciar ao uso da inteligência e da criatividade” (CAPPIO, 2007, p. 91). O autor usa o argumento de não se pode continuar na postura de que tudo vale para caminhar para o “progresso” ou com ele, como destruir matas, acabar com a piracema, afogar terras férteis e remover pessoas tudo em nome do “desenvolvimento” e “progresso”.

Outro fator que está como pano de fundo dessas grandes construções é a IIRSA - Iniciativa para a Integração da Infraestrutura sul-americana, assinada no ano de 2000 por doze países sul-americanos em uma reunião que aconteceu em Brasília. O acordo propõe a integração da infraestrutura de transporte, comunicação e energia entre os doze países envolvidos, se apresenta como

oportunidade de ampliar as relações entre os países amazônicos, promover o desenvolvimento econômico na região e facilitar a fiscalização da floresta. (RAMOS, 2016) Em 2007, o então presidente Lula designou a sua ministra Dilma Rousseff a construção do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), a parte brasileira do IIRSA. Assim, os governos do Partido dos Trabalhadores se propuseram a construir estradas, ferrovias, expandir a mineração, patrocinar novos projetos agrícolas e, mais obviamente, promoveram a construção de grandes usinas hidrelétricas, como a de Estreito, no rio Tocantins. Como coloca Edna Castro:

O PAC viria a consolidar um novo papel a ser dado à infraestrutura – energia, transporte, estradas, comunicação – visando a criar estruturas de produção de energia, como as dezenas de hidrelétricas projetadas para os principais rios da Amazônia, sobretudo os afluentes das bacias do rio Amazonas e do Tocantins, e a intensificar a produção de commodities e seu escoamento para novos mercados. (CASTRO, 2012, p. 56)

No Brasil parte dos projetos da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura sul-americana se apresenta através do PAC. O país cumpre um papel central na IIRSA; através do Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES tornou-se um financiador de projetos em inúmeras fronteiras nacionais de países integrantes da IIRSA. Construídos na mesma perspectiva (IIRSA e PAC) seus projetos se articulam e parecem coordenados e complementares.

A produção de energia elétrica no Brasil não é para suprir a necessidade do cidadão, indivíduo comum, e sim para acompanhar o crescimento da atividade mineradora e industrial. As Usinas Hidrelétricas são o resultado da expansão do *hidrobussines* global na Amazônia (RAMOS, 2016). O que recebe grande influência de uma série de empresas que vão desde grandes construtoras até empresas de cimento, aço e insumo para as usinas. Tendo ainda todo um valor simbólico a construção dessas hidrelétricas como representações de “desenvolvimento”, modernização, conquista territorial, em resumo, representação do poder que o Estado possui e o exibe como orgulho nacional que inclui possuir a capacidade de controle da natureza.

Castro (2012) coloca como sendo novos processos de dominação incorporados ao modo de implantação dos projetos de infraestrutura e às práticas dos agentes (Estado, grandes empresas como as empreiteiras responsáveis pela construção dessas grandes obras) que violam os direitos sociais e étnicos. As estratégias de crescimento se baseiam nos padrões de competitividade e de produtividade que seguem as lógicas econômicas e nos processos de produção que obedecem à agenda de diferentes empresas em rede de clientes, de fornecedores e consumidores. O conceito de integração utilizado pressupõe necessariamente ações estatais em uma esfera supranacional. Não são mencionados nem valorizados os processos de integração existentes há séculos nas fronteiras, marcados por populações que ali vivem e têm suas práticas ancoradas em uma dada ordem social e econômica.

Diante de todo esse descaso por parte da esfera governamental para com os atingidos e o clima de insatisfação das famílias foram surgindo vários focos de resistência regionais, onde as obras estavam sendo construída. No fim dos anos 70, início dos anos 80 se destacam três focos de resistência das comunidades atingidas pelas barragens sendo na região norte, sul e nordeste (FOSCHIERA, 2009). A principal reivindicação dos atingidos era uma indenização justa. Isso significava que não queriam apenas ser colocados em outro lugar escolhido aleatoriamente sem nenhuma semelhança com o que já estavam morando antes da construção da hidrelétrica, buscavam serem ressarcidos pelas perdas que a construção acarretaria, queriam continuar na terra produzindo seu próprio alimento, a indenização deveria garantir o direito a terra.

De grande ajuda na mobilização e organização da luta a favor dos direitos dos afetados pelas grandes construções de hidrelétricas (SANTOS, 2013) o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB está organizado em dezesseis estados brasileiros (RS, SC, PR, SP, MT, MG, BA, PE, PB, CE, PI, GO, TO, MA, PA e RO), se definindo como movimento nacional, autônomo, de massa, de luta, com direção coletiva em todos os níveis, com rostos regionais, sem distinção de sexo, cor, religião, partido político e grau de instrução. Afirmando trazer através de suas campanhas, as ideias do movimento e alguns casos atuando conjuntamente com outros movimentos, como no Estado do Tocantins onde

MAB, MST, Via Campesina organizam lutas e as pautas de reivindicações por terra e água no estado. A principal bandeira de luta do MAB centra-se no direito a água como recurso para todos e não restrito o uso para grandes empresas, ou como moeda de negócio dos governantes independentemente da destruição da natureza.

Essas situações de lutas regionais foram de suma importância e desencadearam um processo de articulação nacional. Em 1989, foi realizado o Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, com a participação de representantes de várias regiões do País. Lá foi realizado um levantamento global das lutas e experiências dos atingidos em todo o país, desse encontro ficou a decisão de se construir uma organização com mais força e a nível nacional para fazer frente aos planos de construção de grandes barragens, entendendo a construção de barragens não como algo positivo e benéfico à população de modo geral, mas sim que acaba trazendo benefícios para um grupo específico que geralmente estão muito longe das áreas e situação dos atingidos. Essa organização de nível nacional foi importante para impulsionar a organização de famílias que foram atingidas em diferentes partes do país, se constituindo como uma importante ferramenta de luta dos atingidos, ganhando mais poder de disputa e negociação com as grandes empresas.

Em março de 1991 foi realizado o I Congresso dos Atingidos de todo o Brasil, onde se decide que o MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens passaria a ser um movimento nacional, autônomo e popular, organizando e articulando as ações contra as barragens a partir das realidades locais, à luz dos princípios deliberados pelo Congresso. É instituída uma data comemorativa com intuito de fazer lembrar a luta das populações que sofrem por terem sido afetadas pela construção das barragens. Escolhido o dia 14 de Março como o Dia Nacional de Luta Contra as Barragens, sendo celebrado em todo o país. A luta contra as barragens se intensificou na compreensão de que o problema central está no modelo energético, levando a um nível mais profundo a questão, fazendo repensar estruturalmente a questão energética no Brasil.

Na década de 1990 o Brasil passa por uma onda de privatização, resultado de um intenso processo de avanço do neoliberalismo. O Plano Nacional de Desestatização (PND) foi uma das peças fundamentais para a consolidação de uma nova estratégia do Estado brasileiro, que envolvia atrair

capital estrangeiro para o país privatizando empresas estatais. Disso não escapou, logicamente, a energia elétrica, considerada um bem estratégico para o desenvolvimento econômico do país.

Várias hidrelétricas e todo o Sistema Interligado Nacional construídos até o momento foram entregues para as grandes empresas transnacionais. Com isso as lutas que já eram acirradas com empresas estatais passaram a ser muito mais difíceis. Grandes empresas do setor energético, mineradoras, papelarias, grandes bancos passaram a ser donos das barragens. Isso colocou em outro nível a luta dos atingidos. Dificultando bem mais a vida dos afetados por essas grandes obras. Fazendo se unirem e fortalecerem a luta em relação à defesa do meio ambiente e a forma como a natureza é utilizada para enriquecimento de alguns poucos – sendo estes em sua maioria empresas transnacionais- em detrimento da maioria da população, aderindo como slogan “águas para vida, não para morte!”. Sobre a visão dos dirigentes do MAB em relação à privatização e a utilização do potencial energético de diferentes países o Doutor em geografia pela Universidade Estadual Paulista Atamis Antonio Foschiera diz o seguinte:

O entendimento que as lideranças do MAB passaram a ter é que estava ocorrendo uma nova onda de expansão do capital, na forma imperialista, porém com a máscara neoliberal. Um número reduzido de empresas estava se apossando das fontes de energia elétrica oriunda de usinas hidrelétricas em diferentes países. Dentre estas empresas tinham as que dominavam diferentes matérias-primas em vários países. Estaria ocorrendo uma apropriação de territórios por parte destas empresas, que, no afã de ampliar seus lucros e aumentar seus capitais, estavam expropriando e desestruturando muitas comunidades tradicionais. A ampliação do domínio do capital financeiro sobre a economia mundial, centrado em bancos e organizações internacionais de financiamento, era o que dava a sustentação a este novo modelo de expansão do capitalismo. (FOSCHIERA, 2009, p. 15)

Com este fragmento de texto e pelo que já foi observado percebe-se a preocupação capitalista em aumentar os lucros e a falta de cuidado com a população que já residia à beira do rio ou com as pessoas que mesmo não estando fisicamente nas áreas alagadas estavam profundamente ligadas ao mesmo. O discurso de que a criação de hidrelétricas traria mais bem-estar e melhores condições de vida a todos, principalmente as populações circunvizinhas mostra-se uma farsa.

No decorrer da história da energia elétrica no Brasil, ela irá passar por períodos em que esteve sob o domínio da iniciativa privada e por momentos que estava sob o controle de modo principal do Estado. No entanto independente da situação esteve principalmente a serviços de determinados grupos econômicos, seja pelo fato de eles controlarem as empresas responsáveis pela geração, transmissão e distribuição de energia ou por se apossarem do Estado, quando este passou a se responsabilizar por esta atividade. Fato é que os realmente beneficiados são poucos comparados aos muitos que têm suas vidas completamente modificadas devido à construção das hidrelétricas. Sieben (2012) tratando de maneira específica da Usina Hidrelétrica de Estreito (MA/ TO) deixa clara a pouca importância que é dada a população residente nas áreas atingidas frente aos interesses econômicos que motivam as grandes construções, como as UHEs.

O poder estatal promoveu o crescimento econômico, requisitando a atenção e atendendo aos interesses do capital nacional/internacional à custa dos recursos naturais e das populações expropriadas atingidas pelo lago artificial do reservatório da UHEE de forma direta e indireta. (SIEBEN, 2012, p. 61)

Marco importante na luta do MAB foi a realização do primeiro evento internacional em março de 1997 na cidade de Curitiba (PR) tendo como nome Primeiro Encontro Internacional dos Povos Atingidos por Barragens. Contou com a participação de 20 países, dentre eles, atingidos por barragens e organizações de apoio. Durante o encontro, atingidos por barragens da Ásia, América, África e Europa puderam compartilhar as suas experiências de lutas e conquistas, fazer denúncias e discutir as políticas energéticas, a luta contra as barragens em escala internacional, bem como, formas de defender os direitos das famílias atingidas e o fortalecimento internacional do Movimento.

Do encontro, resultou a Declaração de Curitiba, que unifica as lutas internacionais e institui o Dia 14 de Março, como o *Dia Internacional de Luta Contra as Barragens*. Resultou ainda do Primeiro Encontro Internacional dos Povos Atingidos juntamente com pressões feitas pelos grupos dos atingidos por barragens de todo o mundo a Comissão Mundial de Barragens – CMB, criada também no ano de 1997, na Suíça; ligada ao Banco Mundial e com a participação de representantes de ONGs, Movimentos de Atingidos, empresas construtoras

de barragens, entidades de financiamento e governos. A CMB teve o objetivo de levantar e propor soluções para os problemas causados pelas construtoras de barragens em nível mundial, bem como propor alternativas. Deste debate, que durou aproximadamente três anos, resultou o relatório final da CMB, que mostra os problemas causados pelas barragens e aponta um novo modelo para tomada de decisões.

Em 2004 foi realizada a Marcha Nacional Águas pela Vida, tendo como ponto de partida Goiânia e destino final Brasília, a mesma tinha a pretensão de exigir do governo federal o cumprimento dos direitos dos atingidos por barragens. O movimento entende que com o avanço do capital privado, a energia passou a ser percebida, mais ainda, como uma mercadoria igual a tantas outras, possível de ser comercializada pelo preço que respondesse a especulação do mercado. Os resultados, contra a luta da destruição da natureza e a alteração drástica do modo de vida dos atingidos por essas grandes construções, só poderiam vir se questionado o problema em sua raiz: a construção de hidrelétricas e o modelo energético adotado.

2.1 AFINAL QUEM SÃO OS ATINGIDOS?

O aumento constante da produção hidrelétrica está alicerçado na necessidade de atender os atuais eixos econômicos e na formação de novos grandes complexos econômicos. Como apontado por Sieben (2012), o estado do Tocantins pautado no discurso do desenvolvimento sustentável ganha destaque no cenário nacional pela sua emancipação política tendo como objetivo central ser um exemplo de modernidade e crescimento no Brasil. Tendo essa visão - da busca da modernidade – não há lugar para as famílias camponesas tradicionais de beira de rio, onde o tempo é regido pelos ciclos da natureza. Sieben ainda discute sobre a definição de desenvolvimento sustentável qual seria o público por ele de fato beneficiado.

Ressalta-se que o discurso do desenvolvimento sustentável é mais uma ideologia para que se “preserve” os recursos naturais. Mas a questão é: preservar para que e para quem? Para serem utilizados pelo grande capital como um recurso energético como o caso da UHE Estreito, desterritorializando comunidades que mantinham uma relação social, econômica e ambiental correta com a natureza. Será este o pano de

fundo do desenvolvimento sustentável, preservar até que chegue o grande capital nacional/internacional? E assim com o discurso afirmar que se está trazendo o crescimento econômico e o progresso? (SIEBEN, 2012, p. 66)

O estado do Tocantins está caminhando o mesmo caminho da Amazônia de um modo geral quanto à monocultura da água: os impactos ambientais e sociais ficarão no estado enquanto que os beneficiários serão grandes empresas nacionais e internacionais e um seleto grupo ligado à política. Toda essa trama, envolta em um discurso de progresso, sem sombra de dúvidas, não envolve a população local atingida.

No entanto qual seria uma satisfatória definição de atingidos? Os que sofrem com os efeitos da alteração no meio natural? São apenas aqueles que residiam no local que foi/ será inundado? A comprovação de que viviam ali será aceita apenas através de escritura da terra ou casa? Inclui também aqueles que tinham uma vida econômica que dependia/ incluía aquela região? O termo “atingido” não é algo limitado ao sentido econômico ou estritamente técnico, é uma categoria social em disputa que varia no tempo e espaço, que diz respeito ao reconhecimento e legitimação dos direitos dos seus detentores. Como coloca Carlos B. Vainer, doutor em desenvolvimento econômico e social:

Estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi, atingido por determinado empreendimento significa reconhecer como legítimo – e, em alguns casos, como legal seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária. Isto explica que a abrangência do conceito seja, ela mesma, objeto de uma disputa. (VAINER, 2003, p. 1)

Para as empreiteiras o interessante será colocar o menor número de pessoas possíveis no conjunto dos atingidos, minimizar consideravelmente os males que as grandes obras podem trazer para fauna e flora locais e também para organização socioeconômica existente na região, agindo assim pretende reduzir os custos com indenizações e maximizar os lucros com a comercialização de energia elétrica. A discussão a respeito da categoria de atingidos é com o intuito de reconhecimento e legitimação dos direitos daqueles que foram afetados; nesse sentido segundo Vainer (2003), há três correntes predominantes de definição de atingidos, a concepção territorial – patrimonialista

que limita o atingido a apenas o proprietário. Conceito este que foi usado durante muito tempo pelas empresas do setor elétrico que se restringiam a indenizar por uma questão patrimonial fundiária, dando atenção para aqueles que possuem o título legal da terra, não levando em consideração a existência de qualquer impacto social ou ambiental; a população que ocupava a área que seria inundada era vista e tratada de maneira prática como um empecilho a ser removido.

A segunda concepção denominada hídrica diz respeito ao atingido ser o inundado, isto é aquele que irá receber de maneira direta o primeiro e principal impacto da construção da barragem, reconhece aqueles que não possuem o título de propriedade da terra, mas ocupam o espaço, limita a região que será inundada e denomina estes como deslocados compulsórios ou reassentados involuntários.

Há também o conceito utilizado pelas agências multilaterais que consideram tanto o deslocamento físico como o deslocamento econômico, assim sendo inclui os que são diretamente afetados pela inundação – os que moravam nas terras inundadas- como os que perdem o acesso aos meios produtivos, como por exemplo, os pescadores que perdem ou vêem reduzida a possibilidade de pescar, os agricultores que param de ter acesso à agricultura de vazante, caracterizando o deslocamento econômico que é o resultado da interrupção de atividades econômicas mesmo sem qualquer conotação física- territorial. A comissão mundial de barragens considera que o termo atingido diz respeito às populações que enfrentam um ou outro tipo de deslocamento, físico ou econômico.

Sobre a questão de ser atingido, ainda se tem a consideração da dimensão temporal, a condição de pessoas que recebem o impacto das grandes obras antes mesmo da construção da hidrelétrica, ainda na fase de planejamento e adequações iniciais. Há também os que vão sofrer o impacto apenas no final, depois de concluída a construção. Por tanto a definição que melhor abrange o termo de atingidos será de fato a que assegura que todos quantos forem afetados pelo empreendimento relacionado à construção da barragem são tidos como atingidos.

A importância dessa definição está intrinsicamente ligada ao fato de quem tem o poder de delimitar a área e as pessoas que são impactadas pelo empreendimento e conseqüentemente delimitar também o território de luta entre

os grupos conflitantes. A disputa, entre os construtores e os atingidos, pelo conceito já se dá na situação de que para os empreendedores o mais interessante é limitar ao máximo a área e o número de pessoas que serão consideradas atingidas, enquanto que para aqueles que representam os atingidos, o Movimento dos Atingidos por Barragem – MAB, o interesse é inverso, que se amplie a concepção de atingidos levando em consideração as características ambientais, sociais e econômicas.

CAPÍTULO TRÊS: “VOLTO PARA COMUNIDADE PARA FALAR O QUE EU APRENDI”

A frase que intitula esse capítulo foi dita por dona Maria da ilha em sua autobiografia quando a mesma falava sobre os cursos de formação que estava participando. Através desta frase já podemos entender um pouco como funciona

o discurso de dona Maria: a intenção é aprender para desenvolver projetos que beneficiem a comunidade que ela faz parte.

Analisamos a entrevista feita à dona Maria pelo professor Dornival Venâncio Ramos Junior, na casa dela localizada no assentamento Mirindiba a 28 km de Araguaína – TO, no dia 29 de outubro de 2014, tendo duração de duas horas. Será também analisada a autobiografia produzida pela mesma como trabalho final da formação do MAB em 2013. Através destes relatos buscamos perceber como a interlocutora apresenta sua estrutura discursiva de luta e conquista em favor dos direitos sociais, políticos e econômicos daqueles que foram atingidos pela construção da barragem. Ponto inicial da compreensão discursiva é perceber como a personagem coloca sua relação com os estudos, com a vontade de adquirir novos conhecimentos para poder usar em benefício da comunidade faz parte das suas características pessoais, não sendo o estudo algo imposto, mas a realização de um desejo pessoal apesar das dificuldades de acesso enfrentadas.

Ainda tô estudando né, o tanto que eu estudo e ainda não paro, eu ainda tenho vontade, assim muito sonho de eu fazer mais algumas coisa, uma faculdade melhor, porque essa foi uma faculdade que eu fiz lá pela Fiocruz né, Federal, mas ainda tem muita coisa que a gente tem que a gente nunca aprende tudo, agora eu tô pensando em fazer um curso de informática que eu não tenho nenhum curso de informação, de informática, então a minha tendência é estudar. (ENTREVISTA MARIA, 2014)

Em seu relato autobiográfico percebe-se o uso dos conhecimentos adquiridos em benefício comunitário como quando dona Maria (Autobiografia Maria, 2013, p. 41) afirma: “eu aprendi que depois do curso volto para comunidade para falar do que aprendi.”. Em sua narrativa aparece constantemente à preocupação com o outro em destaque por aquele que não pôde ter acesso ao conhecimento, não teve meios de obter informações necessárias para alterar de maneira eficiente o meio em que vive, como a fossa verde, a organização da horta e afins. Pode-se inferir que o conhecimento que dona Maria da ilha busca e adquire não é para benefício próprio ou de sua família apenas, é para o uso comunitário. A busca por conhecimento é tão importante no discurso narrativo da personagem quanto o conhecimento em si. Mostra o fato de a mesma buscar por melhorias nas condições de vida da comunidade

em que está inserida, um traço da sua personalidade que não se acomoda com situações desfavoráveis e que busca por melhorias.

A vida na ilha São José é descrita como muito boa apesar de não dispor das comodidades que a energia elétrica e água encanada proporcionam, como dito em seu relato autobiográfico (2013, p 16): “a vida na ilha era muito boa. A ilha para mim era o lugar que Deus botou a mão”, mesmo - como também descrito em sua autobiografia - sobre a inexistência de banheiros nas casas dos moradores até o ano de 2005, “Na ilha de São José moravam 70 famílias em casas feitas de taipa cobertas com palha de babaçu. Até 2005 não havia nenhuma casa com banheiro, foi quando surgiu o agente de saúde.” (p.17). Em nada desabonava o cotidiano dos moradores da ilha, nos relatos de nossa personagem é ressaltado as características positivas quiçá místicas que a ilha possuía, quando afirma que lá era “o lugar que Deus botou a mão”, como foi observado em sua resposta:

A região da ilha não era uma região que você adoecia. Todo mundo ficava preocupado, Dona Maria, lá na ilha ninguém adocece porque ninguém me compra um aeci aqui na farmácia? E lá só tinha uma farmácia na ilha, lá em Babaçulândia, a farmácia, o comércio era em Babaçulândia, mas a gente curava gripezinha, essas coisa era com remédio medicinal do campo, era com erva medicinal do campo, essa era a nossa farmácia, eu, meus filho e muitos aí não sabe o que é comprar um remédio de verme, tomar um antibiótico (interrupção). Então era essas qualidade que a gente tinha na ilha. (ENTREVISTA MARIA, 2014)

Encontram-se indícios na narrativa da importância do conhecimento tradicional/cultural das ervas medicinais e de como tais substituíam os medicamentos produzidos em laboratório, vendidos nas farmácias. Os habitantes da ilha não dependiam de médico e nem de nenhuma assistência externa, havia suficiência na vida dos moradores da ilha antes de serem afetados pela construção da barragem da Usina Hidrelétrica de Estreito (MA/ TO). Tinham suas plantações que utilizava a vazante do rio, criação de galinha, porco e gado, a pesca e a principal renda da comunidade a quebra do coco babaçu. Estavam organizados em comunidade na ilha de São José e mantinham o cotidiano de maneira não conflituosa com o meio em que viviam, os problemas aparecem na narrativa a partir do surgimento da barragem:

Meus meninos foram no médico um tempo desse, a maior luta pra levar ele no médico, porque nunca se adaptaram de viver dentro de médico, então nós aqui, meu marido tem o maior medo de hospital, então hoje com quarenta, cinquenta, vai fazer cinquenta e seis anos, ele agora sofreu depois da barragens, depois da mudança, então foi uma destruição, acabaram com tudo, além de acabarem com tudo ainda acabaram com a saúde do povo (ENTREVISTA MARIA, 2014)

Há a percepção de quão maléfico para o modo de vida já habituado da população da ilha foi a construção da UHE de Estreito e de como alterou de maneira significativa o modo de vida de seus habitantes. Uma decisão vinda de “cima para baixo” em relação a não ter o consentimento, nem se quer ter o trabalho de perguntar a aqueles que se encontravam nas áreas atingidas eram a favor ou contra a construção, valendo-se da supremacia do Estado à gerência do interesse geral, do bem comum. Foi decidido pelo Estado e concedido à CESTE (Consórcio Estreito Energia) a construção da hidrelétrica. Dona Maria narra momentos em que participou de mobilizações contra a construção da barragem e como teve a percepção das propostas enganosas da empresa antes de grande parte dos moradores da ilha.

(...) eu fui numa marcha de Goiânia a Brasília a pé em maio de dois mil e quatro e nessa época essa marcha era reivindicando que essa barragem não fosse sair né, não fosse vigorar esse plano do governo e aí sei que nós fizemos essa marcha, levamos dezoito dias, daqui do estado do Tocantins só foi eu. (ENTREVISTA MARIA, 2014)

Eles iam fazendo sem falar e botava, começou a soltar o povo para ir cadastrando o povo só que quando eles passavam nas casa, como o pobre só tem esperança e quando se falava em melhor de vida, em qualidade de vida, ah então vai ser melhor do que aqui na ilha e ela não falava nada dos prejuízo que ia ser causado, o sofrimento que ia ser causado (interrupção) e aí eles só falava nó istamo aqui pra receber vocês, cadastrar vocês, dizer que a gente vai dá uma casa boa, né, vocês vão ter uma qualidade de vida, vocês vão ter um padrão de vida, com emprego, dinheiro, então toda essa família de vocês vão ser empregados, então ela alugava né e como a gente, a esperança da gente era de ser alguém, porque quem tá lá embaixo o pessoal não enxerga, então a fé, a esperança é de você ser alguém, poder dizer assim, hoje eu vou ficar preocupado, então a esperança do pobre era sempre assim. Então eles ia, eles vieram com essa fantasia, aí o que que acontece? Chegaram todo mundo fazendo os seus cadastros, (...)(ENTREVISTA MARIA, 2014)

A ideia de luta contra a construção da barragem já vem da percepção da personagem de como seria maléfico para a comunidade de modo geral o

deslocamento de todos da ilha de São José, apesar das promessas de melhorias por parte da empresa. Dona Maria como integrante do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB consegue elaborar uma visão mais crítica da situação; ela elenca três características primordiais que um integrante do MAB precisa ter devido estar constantemente lidando com pessoas, são elas: sinceridade; cordialidade e ética. Em sua entrevista também pontua o momento que o movimento entrou em contato com ela e a decisão por participar da luta pelos direitos daqueles que seriam atingidos pela barragem.

(...) Aí quando o MAB surgiu o pessoal de Palmas que acompanham, acompanharam peixe lajeado, essas coisas, aí eles vamo lá no Tocantins e eu era agente de saúde naquela época, era a mais conhecida no mundo, no Brasil, dentro da ilha, por exemplo, eu era uma agente, representante de tudo doença, problema, essas coisas, então eu tinha que correr atrás de tudo, aí eles vieram e procurou uma pessoa, professor, alguma pessoa que quisesse participar desse movimento dos atingidos por barragem pra que eles passassem a conhecer as coisas melhor, como é que era o procedimento dessas empresas, mas aí ninguém aceitou porque a proposta do povo era bem melhor, a proposta da empresa era bem melhor. E aí a nossa proposta do povo que vinha pra gente você tem que ir pra luta, você tem que ir pra chuva, você tem que brigar, você tem que fazer tudo, então o pessoal meu da ilha acharam melhor ficar na dele né, na proposta da empresa que você não ia se preocupar com nada, você ia receber tudo na hora, ia receber dinheiro. Levaram uma cartilha muito bonita mostrando tudo até a casa mobiliada. (ENTREVISTA MARIA, 2014)

É possível perceber no fragmento de texto exposto como dona Maria da ilha se apresenta sem grande apoio em seu momento de luta por melhores condições para as famílias atingidas, quando a maioria prefere acreditar nas propostas da empresa construtora que parece oferecer maior “segurança” do que o MAB e seus representantes. Aceitando a proposta da empresa os moradores atingidos acreditaram estar sendo poupados do desgaste de ter que exigir que se cumprissem boas condições para o seu assentamento. Alguns moradores da ilha de São José estão firmados na ideia de estarem fazendo um bom negócio na troca da vida na ilha pelo que é apresentado pela empresa. O que futuramente se mostra enganoso.

Dona Maria desde o início percebe o dano que causaria a construção da barragem e o engano que as “boas” propostas do CESTE deram às famílias atingidas. Em seu discurso destaca-se o senso crítico e analítico da situação de

maneira mais geral, tendo uma visão ampla da ideia desenvolvimentista que é o núcleo motivador das grandes construções no país.

O surgimento dessa barragem foi assim, que as pessoas falava vai ser um progresso e muito povo não sabe o que é progresso, até a empresa sabe o que é progresso pro lado do bolso dele né, mas pra nós que é da roça nós não sabe o que é progresso, principalmente nós, que nós morava lá, nossa vida tranquila, não dependia de ninguém, então pra falar de progresso pra nós que era costume com outra vida, com outro ritmo, eu registrei como destruição, progresso pra nós foi destruição de tudo, devida, de lares, de família, pra nós num foi nada de um progresso pra nós, então assim, a gente perguntou pra que progresso? Pra que e pra quem? Porque nós ficamos na pior, pra nós não teve nenhuma melhora assim, nós não vimos o tal do dinheiro, nós não vimos qualidade, tá até hoje vendo qualidade de vida, nós tudo pra nós foi uma coisa, uma precária, muito precária a nossa vida porque recebemos essa terra do jeitin nessa casa aqui, só tinha capim. (ENTREVISTA MARIA, 2014)

É destruição de tudo né? Como é que dizer, para o Brasil, é um, como é que diz é um progresso, para o Brasil é progresso, se essa barragem fosse para o Brasil, porque agente sabemos que essa energia não é para o Brasil, por isso que eu fiz a pergunta, esse energia é pra que e pra quem? Porque pra nós não é. Tantas pessoas que mora aí no escuro. (ENTREVISTA MARIA, 2014)

Progresso pra quê e pra quem? Questionamento inquietador feito por dona Maria da ilha que levanta a bandeira da discussão da maneira como são conduzidos os planos desenvolvimentistas do Estado e afinal quem de fato eles beneficiam? Como colocado por Maria a energia produzida por hidrelétricas localizadas no território brasileiro são de fato para suprir as necessidades energéticas de empresas estrangeiras e não para o real benefício da população brasileira.

Como dito por Edna Castro (2012) o território passa a ter importância dentro de uma configuração na qual o espaço é desligado de valores, lugares, tradições e passa a ser regido por relações econômicas e políticas protagonizadas principalmente por agentes do mercado. Há assim a mercantilização da água e a força que a mesma produz. Segundo Santos (2013) esses grandes empreendimentos construídos no estado do Tocantins – que cabe perfeitamente para a interpretação da UHE de Estreito (MA/ TO) - são quase que prioritariamente para darem suportes aos setores agropecuaristas ou ligados às atividades do agronegócio. Tendo a situação absurda de ter inúmeras

usinas hidrelétricas ao longo do percurso do Rio Tocantins e a população local pagar uma das taxas de distribuição e iluminação mais caras das América Latina.

Em relação às promessas feitas pela empresa CESTE aos moradores da ilha nossa personagem afirma em sua autobiografia (2013, p. 23 - 24) ter ficado desconfiada desde o início: “ ‘quando a esmola é grande o santo desconfia.’ Fui procurar informação sobre essa empresa.” Dada sua desconfiança inicial com as propostas apresentadas e com a disponibilidade de procurar por informação dona Maria relata, também, sobre seu primeiro contato com o MAB:

Chegaram na ilha umas pessoas movimento dos atingidos por barragem (MAB) convidando para uma reunião sobre a barragem, foi aí que pensei que os funcionário do CESTE não falavam a verdade. O MAB orientava que para ter tudo aquilo o a empresa prometia tinha que ir pra luta. E foi convidando muita gente para participar da luta, mas só eu aceitei. (AUTOBIOGRAFIA MARIA, p 24, 2013)

Dona Maria nos fala sobre seu contato com o MAB na entrevista concedida em 2014 e da dificuldade de encontrar interessados em participar do movimento, da luta por condições razoáveis de reassentamento e indenização, sendo deixada em muitas situações só nas negociações.

Sim. Porque assim o MAB, como era um movimento atingido por barragem e era eu, do MAB sou eu porque eu que tava atingido pela barragem, o MAB era nós da ilha que somos atingidos, mais que nem todo mundo pensou que eles também poderiam ser MAB e poderiam cuidar também de lutar, então o tamanho da organização foi o tamanho da indenização que nós recebemos, como nossa organização era pouca, porque nem todos companheiros quiseram ir pra luta, então a nossa indenização foi mixaria, ganhamo essa terrinha e assim foi com muita luta essa terra, foi luta, não foi muito fácil, mas que eu a vantagem e aí o pessoal da ilha se dividiram, um grupo foi pra um rumo outro grupo foi pra outro, outros acompanhou a empresa, outros acompanhou o prefeito, outros foram embora e outros começou a jogar contra uns os outros e isso foi a maior dificuldade do mundo, porque as pessoas começaram, a empresa era tão assim artista que ela começava a manipular o povo jogando uns contra os outros. E aí ela ia lá e dizia que tava o preço de um jeito, aí dizia deixa essa Maria pra lá de MAB que MAB não dá atenção pra ninguém, MAB, só quer aproveitar quem é boa é a empresa que vai dar o dinheiro, que vai dar tudo, então virou aquele inferno e aí eu pelejando pra agazaiar o povo, gente se une, se aqueta vamos manter numa coisa só. Aí nós conseguimos manter um grupo com dezenove família que foi esse grupo. (ENTREVISTA MARIA 2014)

A divisão e não compreensão por parte dos outros moradores da ilha que teriam os mesmos interesses e lutavam pelas mesmas coisas, dificultou o

acesso a melhores condições de reassentamento e indenizações. Maria expõe como ficou numa situação de abandono por parte dos companheiros de luta quando estes afirmavam que por ela ser integrante do MAB queria apenas dificultar a saída dos moradores da ilha e que a empresa construtora da barragem estava disposta a pagar de maneira justa tudo que era devido aos moradores da ilha de São José. Acontecendo assim uma divisão no grupo de setenta famílias que moravam na ilha, ficando dezenove famílias “ao lado” de dona Maria, o que significa que concordaram com as negociações que Maria fazia com os representantes da empresa e também com a participação do MAB, assumindo assim uma posição clara de liderança comunitária, o que já era percebido na sua narrativa desde momentos anteriores a este. Reforça a ideia de liderança, de luta e a atribuição que ficou sob a responsabilidade de dona Maria de encontrar a terra para o reassentamento dessas dezenove famílias, como podemos observar no seguinte trecho da entrevista:

A história de procurar terra foi eu, passei o mês, eu, então eu tinha que correr Brasília, correr São Paulo, correr Palmas e correr e tinha um acampamento no Estreito com um ano e dois meses, montemo um acampamento lá em frente o canteiro de obra que era no Estreito, então a gente tinha que fazer esse percurso todo, então eu saí procurando a terra (inaudível), você não tem terra? Não tem porque tem que ser de Babaçulândia, de Araguaína porque ficava longe do município e a empresa não comprava terra distante do município, tem que ser tudo no município e aí eu saí em outra cidade chamada Vitória Régia reunindo, aqui do Pé do morro, Santa Fé e essa lateral tudo eu procurei terra, só que eu achava a terra só que eu via que era uma terra que não era o clima da ilha que tudo tinha que ter uma coisa que tivesse ligado com a ilha, terra, água e na época eu na besteira, porque na época eu vim tinha muita água, esses corgo aqui assim isso era uma enxurrada, no outro corgo aculá água de mais, do outro daquela ponte era um riachão, pois é aqui que é o lugar do povo da ilha morar, porque o povo da ilha é peixe, não podia morar encima da serra, não pode né? E aí eu passei um mês procurando essa terra, eu me amarrei nessa aqui porque ela era a característica do povo da ilha. O que que aconteceu? Fui lá peguei os dezenove famílias e trouxe aqui pra ver a terra todo mundo, todo mundo olhou, o fazendeiro andou com eles dentro dessa roça de trator que era capim e lama e andou com eles aí tudo no mundo se engraçaram, a terra é essa mesmo, é, então é essa que nós vamos negociar no pau, porque a empresa disse que a terra não comprava, disseram pra mim procura a terra, se a senhora achar a terra, ele não pode deixar comigo que eu vou caçar a terra. Quando chegou a terra o povo disse num compro, não aí que o pau foi grosso, que não comprava a terra, que não tinha cabimento e lê, lê, lê, aí a briga cerrou, mas aí veio como Ministério Público, o ministério, uma pessoa que deu a mão mesmo que se desbruçou. Nossa não quero nem saber o tanto que foi importante, de Palmas, Dr. Aldo de Ministério Público, ele debruçou muito assim do meu lado, a Maria tem que mesmo que ser isso e a gente fazia abaixo assinado, brigava e aí nós tinha dois companheiros que a empresa não

dava mesmo, que o coronel ali foi um grande milagre assim e a minha briga junto com o Dr. Aldo pra donde eu ia eu levava esse coronel, o pai dele indenizou,mas deixou ele lá de mão largado, não quem tinha que indenizar você era seu pai, essa briga foi feio e eu em cima, em cima até que eu consegui arranjar uma colocação pra ele vim pro assentamento e aí a gente mexeu com tudo que tinha de direito, de justiça que você pensar e vinha aqui e o povo olhava e dizia assim que não podia comprar e eu dizia pois é essa que eu quero e o grupo meu os dezenove, não nós quer a terra, então foi assim uma ajuda dos dois lados né, da justiça e dos companheiros e a minha brigando, daí foi como surgiu a gente conseguir comprar essa terra, então eles compraram, nós veio olhar, vieram coisar os lotes, tornei trazer o mesmo povo, escolher seus lotes, todo mundo escolheu da maneira que quis e com uma semana que nós viemos olhar isso aqui em maio quando foi mês de julho, junho e julho eles já tava comas casas pronta que aí nós mudamos pra cá, uma mudou dia vinte e nove de julho,outros mudou quase no dia trinta, mudei no dia vinte e quatro de agosto.(ENTREVISTA MARIA, 2014)

Fica evidente o papel fundamental que dona Maria da ilha exerce nessa narrativa como típica liderança comunitária: aquela que vai atrás dos interesses comuns do grupo que faz parte e lidera. Em suas palavras perpassa uma imagem de força e coragem, sua narrativa a apresenta como alguém inconformado com a situação que lhe é apresentada e em primeiro momento imposta. Há nela uma aptidão para a participação em movimentos sociais como o MAB e suas constantes atividades políticas em prol do interesse coletivo dos que representa. A perspectiva de ir, de lutar, de obter conhecimento para compartilhar com os seus está constantemente presente na narrativa discursiva da personagem analisada por nós.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como dito por García Marquez (1928): “A vida não é o que a gente viveu, e sim a que a gente recorda, e como recorda para contá-la.” Os fatos que são lembrados ou até mesmo esquecidos e as subjetividades que permeiam as narrativas compõem a substância de que é feita a história. A compreensão de outros lugares de fala e novas perspectivas historiográficas é fundamental para

o entendimento de outras realidades que constantemente são silenciadas em nome do “progresso” e “desenvolvimento”.

A ideia principal deste trabalho é dar visibilidade a narrativa de uma líder comunitária que compõe um grupo muitas vezes visto apenas como empecilho para grandes construções que possibilitariam maior “crescimento” econômico. É através da narrativa de dona Maria da ilha que questionamos como é visto o “desenvolvimento” e “progresso” tão usados como estandarte dos grandes empreendimentos.

Também, pela narrativa da dona Maria, procuramos analisar os momentos formadores que a levaram ao estado discursivo em que ela se encontra. (PARENTE, 2007) A história de vida é um instrumento privilegiado para avaliar os momentos de mudanças, os momentos de transformação. Foi por meio dessa ferramenta, a trajetória de vida, que firmamos a análise discursiva realizada neste trabalho. As experiências que são simbolizadas através de atitudes, comportamentos, sentimentos e pensamentos que caracterizam a composição de uma subjetividade e identidade.

Procuramos mostrar em nossa escrita que a narrativa autobiográfica, como a trajetória de vida, é uma construção social, histórica e ficcional que se dá num constante processo de construção de “pontes” para tornar as experiências e vivências, da pessoa que narra, inteligível àquele que ouve. Como dito por JOSSO (2007, p. 433):

(...) o trabalho biográfico e autobiográfico situa-se no entrelaçamento de um destino sociologicamente, culturalmente e historicamente previsível, de uma memória personalizada desse destino potencial e de um imaginário sensível original capaz de seduzir, de tocar emocionalmente, de falar, de interpelar outras consciências ou ainda de convencer racionalmente.

Através da narrativa de dona Maria e da apreensão de seus momentos formadores e transformadores tivemos a pretensão de evidenciar perspectivas que problematizam questões que por vezes são cobertas pela bandeira desenvolvimentista.

REFERÊNCIAS

CAPPIO, Dom Luiz F. Água é dom de Deus: **cuidado, solidariedade e co-responsabilidade**. In: FÓRUM NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA E JUSTIÇA NO CAMPO, 1, 2004, Brasília. Anais Conferência Nacional da Terra e da Água: reforma agrária, democracia e desenvolvimento sustentável. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 192 p. p. 87-91.

CASTRO, Edna. **Expansão da Fronteira, Mega-projetos de Infraestrutura e integração Sul- Americana**. Caderno CRH, Salvador, v. 25, n. 64, p. 45- 61. Jan/ Abr. 2012

Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2008/08/barragem-muda-o-ambiente-e-a-vida-de-quem-depende-da-bacia/> (Acesso 13/08/2016)

Disponível em: <http://www.eletronbras.com/elb/main.asp?Team={F109DB32-433B-4906-9E0A-F554419CA6A4> (acesso em 09/2016)

Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/content/1-final-da-decada-70-os-primeiros-passos> (acesso em 09/2016)

FOSCHIERA, AtamisAntonio. **Da Barranca do rio para a periferia dos centros urbanos: a trajetória do movimento dos atingidos por barragens face às políticas do setor elétrico no Brasil**. 2009. 344 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente – SP, 2009.

JOSSO, Marie – Christine. **A transformação de si a partir da narração de histórias de vida**. Educação. Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 413-438, set./dez. 2007

JOSSO, Marie – Christine. **Experiência de vida e formação**. São Paulo: Cortez Editora, 2004. 284p

KEHL, Maria Rita. **Minha vida daria um romance**. <http://www.mariaritakehl.psc.br/resultado.php?id=65>. Acesso 29/06/2016

PARENTE, Temis Gomes. **Gênero e memória de mulheres desterritorializadas**. ArtCultura, Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 99-111, jan.-jun. 2007

RAMOS, DERNIVAL VENANCIO. **A ilha que se repete: expansão capitalista e luta pelo território nos rios da Amazônia Oriental**. Araguaína: texto inedito

SANTOS, Gleyslally Ramos Dos. **Mulheres em movimento...: Os limites do espaço e do gênero em face do movimento de mulheres trabalhadoras rurais no Tocantins**. 2012. 231f. Tese (Doutoramento em geografia). Universidade Federal de Goiás – UFG, Goiânia. 2013

SIEBEN, Airton. **ESTADO E POLÍTICA ENERGÉTICA: a desterritorialização da Comunidade rural de Palmatuba em Babaçulândia (TO) pela Usina Hidrelétrica Estreito**. 2012. 204 f. Tese (Doutoramento em geografia). Universidade Federal de Uberlândia – UFU, Uberlândia. 2012

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira- 2ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 196.p

VAINER, Carlos B. **Conceito de “atingido”: Uma revisão do debate e diretrizes**. Rio de Janeiro: Prelo. 2003